SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 19 DE MAIO DE 2023

ATA

Aos dezanove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu, pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão extraordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Apreciação e votação da proposta de contratação de empréstimo de médio e longo prazos para o financiamento da contrapartida nacional de operações de investimento autárquico aprovadas no âmbito dos Programas Operacionais do Portugal 2020, através da Linha BEI PT 2020 – Autarquias (Reutilização de Águas Residuais Tratadas na ETAR de Nelas III – POSEUR-03-2012-FC-001465);

2 - Apreciação e votação da 2.ª Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano, do ano de 2023;

3 - Programa Portugal 2030 – Conhecimento.

A Senhora Primeira Secretária, Dr.ª Maria José Serol de Brito Correia, que nesta Sessão Extraordinária, presidiu à mesma, em substituição do Senhor Dr. José Albuquerque Vaz:

- Muito boa noite.

Boa noite, Senhor Presidente.

Senhores Vereadores.

Senhores Deputados.

Público.

Dado o impedimento do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de estar presente e de acordo com o n.º 2, do artigo 3.º, do Regimento, vou presidir à reunião e, portanto, dar início à mesma.

Peço à Primeira Secretária para fazer a chamada.

(A Senhora Primeira Secretária, Carlinda Duarte de Jesus Oliveira Loureiro procedeu à chamada dos Senhores Deputados)

(Faltaram: o Senhor Presidente da Assembleia, Dr. José Albuquerque Vaz e os Senhores Deputados Augusto Duarte Oliveira Borges da Silva, Ana Carla Figueiredo Luzio, António Fernandes da Costa e Jorge Nunes Coelho.)

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Neste momento, feita a chamada, chamava o Senhor Deputado Pedro Renato Figueiredo Pinto para assumir o lugar de Segundo Secretário se ninguém se opuser. Alguém se opõe? Não.

Ora, antes de darmos início à Ordem de Trabalhos, gostava de lembrar que esta é uma Sessão Extraordinária e, portanto, não há, nem Período de Antes da Ordem do Dia, nem Intervenções do Público. Passamos, então, de imediato, ao ponto n.º 1 da Ordem de Trabalhos.

O Senhor Deputado António Borges da bancada do PS contestou o facto de não haver período de intervenção do público uma vez que assim estava indicado no regimento.

A Senhora Presidente da Assembleia:

No Regimento diz: "Nas sessões extraordinárias, a Assembleia só pode deliberar sobre as matérias para que tenha sido expressamente convocada."

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Boa noite, Senhora Presidente da Assembleia.

Senhora Secretária.

Senhor Secretário.
Senhor Presidente da Câmara.
Senhora Vereadora.
Senhores Vereadores.
Caras Deputadas.
Caros Deputados.
Estimado Público.

É assim: Quero retificar essa intervenção porque é assim: Imaginemos numa Sessão Extraordinária do 25 de Abril, será que, o Senhor, como foi Presidente da Assembleia, também permitiria que o Público interviesse nessa Assembleia? Quer dizer: É complicado. O Regimento e sempre foi pauta desta casa, nas Sessões Extraordinárias, não haver Período de Antes da Ordem do Dia, nem Intervenção do Público, à exceção, à exceção de um pedido, um pedido desta Assembleia para que o Público intervenha.

Se for esse o caso, digo-lhe: Venha aqui. Peça e se esta Assembleia assim o autorizar, assim o faremos, porque, realmente, não é hábito e relembro vários anos que esteve como Presidente da Assembleia, nunca o permitiu. Se quiser, abro essa exceção porque o Plenário é soberano e vem aqui acima e pede uma exceção e se o Plenário assim o autorizar, aceitaremos.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado Professor Borges.

O Senhor Deputado António Borges:

- Senhora Presidente da Assembleia.
Senhor Presidente da Câmara.
Ex.m.ª Mesa.
Senhores Vereadores.
Senhores Deputados Municipais.
Ex.m.º Público.
Boa noite.

O Senhor Deputado Rui Costa não tem que vir para aqui fazer Lei. O Senhor Deputado Rui Costa, como nós todos, temos que respeitar o Regimento da Assembleia Municipal.

Eu nunca proibi o Público de intervir nas Sessões Extraordinárias. Também não me lembro se alguém usou da palavra nas Sessões Extraordinárias. E o Regimento e a Lei n.º 75/2013, são claras. E é por isso que nós temos que nos reger. Não tenho que vir aqui pedir nada a ninguém.

Eu só disse à Senhora Presidente que, segundo o Regimento e a Lei, as Assembleias Extraordinárias não têm Período de Antes da Ordem do Dia, mas têm Intervenção do Público se assim o entenderem. E se tem dúvidas, leia o Regimento.

É só isto que tenho a dizer. Se não conhece o Regimento aí, peça à Senhora Presidente que ela deve-o ter. Está no Regimento. Eu não tenho aqui o Regimento. Está no Regimento.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Pois, eu não encontro. Desculpe, o artigo que eu tenho aqui, que refere as Sessões Extraordinárias, não menciona, de facto, e tem apenas aquele ponto 7 que eu acabei de ler.

O Senhor Deputado António Borges:

- Tem lá, de certeza absoluta, que há Período de Intervenção do Público. Não tenho dúvidas.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Pois, está aqui o artigo 10.º, se o Senhor Deputado não se importar, eu dou-lhe o Regimento e, por favor, encontre.

O Senhor Deputado João Alfredo Ferreira:

Ora, muito boa noite, Senhora Presidente, ou que faz as vezes de Presidente da Assembleia Municipal.

Senhor Presidente da Câmara.

Senhores Deputados.

Senhores Vereadores.

Ex.m. º Público.

Uma Assembleia Municipal Extraordinária só pode debater e da leitura que se faz do próprio Regimento sobre assuntos que estão consignados na própria Convocatória. Exato. Mas, oiça: O que existe sobre o ponto não existe nada. Leia atentamente. Isto, numa Assembleia normal, é, perfeitamente, pacífico. Numa Assembleia Extraordinária é só para debater os assuntos que fazem parte da Ordem de Trabalhos.

Imagine alguém do Público que vem falar sobre Desporto, que não tem nada a ver com a Ordem de Trabalhos. O que é que o Senhor faz?

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Peço desculpa Professor António Borges. Já encontrei. Artigo 17.º, ponto 2, exatamente. Tem razão.

O Senhor Deputado António Borges:

- Muito obrigado.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Tem razão está no Regimento. Tem razão. Está explícito no Regimento. Erro meu.

O Senhor Deputado António Borges:

- Nas sessões extraordinárias, apenas terão lugar os períodos de "Ordem do Dia" e de "Intervenção do Público".

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Exatamente. Portanto, está no Regimento. Acho que deve ser cumprido. Muito bem.

Damos, então, início à Sessão com o ponto 1 da Ordem de Trabalhos - Apreciação e votação da proposta de contratação de empréstimo de médio e longo prazos para o financiamento da contrapartida nacional de operações de investimento autárquico aprovadas no âmbito dos Programas Operacionais do Portugal 2020, através da Linha BEI PT 2020 – Autarquias (Reutilização de Águas Residuais Tratadas na ETAR de Nelas III – POSEUR-03-2012-FC-001465).

E pedia, então ao Senhor Presidente que apresentasse o ponto 1 para podermos prosseguir, então, os trabalhos.

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral:

- Muito obrigado Senhora Presidente.

Muito boa noite.

Cumprimento, naturalmente, a Senhora Presidente e na sua pessoa, toda a Mesa.

Senhores Vereadores.

Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia Municipal.

Senhores Presidentes de Junta.

Distinto Público.

Colaborador do Município.

Neste, que é o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, que nos remete para o empréstimo de médio e longo prazos para o financiamento da contrapartida nacional para o Projeto de

Reutilização de Águas Residuais Tratadas na ETAR de Nelas III, importa dizer só algumas ideias fundamentais.

A primeira, também agradecer, esqueci-me também de dizer isso, a presença do Senhor Eng.º Carlos Mendes, também. Obrigado pela sua presença também. É o Projetista também do Projeto, passo a redundância. E dizer que qualquer questão técnica, eventualmente, que seja necessária dirimir, além das explicações que nós possamos dar, algo mais aprofundado, o Senhor Eng.º Carlos Mendes disponibilizou-se para o caso e se assim for entendido por alguém, algum Deputado, ou alguma Deputada da Assembleia Municipal.

Dito isto, dizer uma coisa, três, ou quatro apontamentos fundamentais: O primeiro, para dizer que se houve Projeto que teve unanimidade no mandato anterior, porque isto é uma proposta que vem do mandato anterior, foi, precisamente, este, o da Reutilização da Água. Foi aprovado o projeto em si, a ideia, por unanimidade dos sete Senhores Vereadores do anterior mandato do Partido Socialista, do Partido Social Democrata e do CDS/PP. E o Projeto, ao ser aprovado, tornou-se, naturalmente, um fundamento grande de união do que era o Projeto em si.

Obviamente que, num contexto onde nós temos a água como um bem escasso, a reutilização da própria água e permitir o Ciclo da Água, é um Projeto que a todos nós nos é caro e toda a gente, manifestamente, tem essa ideia bem vincada da sua relevância.

Naturalmente que nós prosseguimos, este Executivo, com a ideia de o implementar. E só ao quarto concurso público simplificado é que e com, deixando de haver só a parte do manufactor, é que conseguimos haver um candidato que fosse aprovado para a empreitada.

Dizer que, para este Executivo, eventualmente até em termos políticos, chegaria ali a um ponto onde poderia ter deixado cair o Projeto. Não porque não acreditasse nele, mas porque houve um Aviso, que ficou deserto, de fevereiro, a aprovação é em dezembro, o Aviso é logo em fevereiro e fica sem concorrente elegível. Depois, nós insistimos e em maio há o segundo concurso público simplificado e torna a não ter nenhum candidato elegível.

E, nós, aqui, eventualmente, ao fim de duas candidaturas, poderíamos dizer e era natural que fosse, perfeitamente, entendível que, depois de duas tentativas de abertura de concursos, ficando deserto, poderia não haver condições para continuar, quer por duas razões fundamentais: Uma, o tempo de execução, que começava a ficar cada vez mais curto. Dois, a componente que é alguma divisão, diria eu, ou alguma coisa que, eventualmente, não nos una completamente, que é a subida do valor da comparticipação do Município. O que era um valor de comparticipação do Município de 792.000,00 euros estava a crescer, naturalmente, com o aumento do valor para os concursos públicos simplificados.

Houve, depois, uma terceira tentativa e voltou a não haver nenhum candidato elegível. E, então, se calhar, aqui havia mesmo a oportunidade e a razoabilidade de o Executivo achar que não havia condições, nem de esforço financeiro, nem de tempo de execução para continuar com o Projeto. Mas a resistência e a resiliência que tanto está, atualmente, na nossa Ordem do Dia, fez com que nós continuássemos correndo os riscos de: Um, do tempo de execução, cada vez mais complicado, que ainda existe e muito complicado mesmo. E, em segundo, o esforço financeiro acrescido. Até porque foi possivel aplicar aqui, não só o princípio de manufactor de permitir até mais 20% do que é o valor de base do concurso público simplificado.

O que aconteceu é que depois apareceu, de facto, um concorrente, o Omatapalo, no âmbito do que era o valor de concurso de preço base, mas com o condicionamento desses 20% foi possivel chegar à elegibilidade, digamos assim, desta empresa. Naturalmente que o valor depois que nós estamos aqui a falar subiu exponencialmente. E houve uma altura onde nos foi cogitada a possibilidade, se o investimento da Autarquia, o esforço acrescido grande da Autarquia se fazia

sentido. Fazia sentido, obviamente, ter este equipamento, mas poderia não ser compatível e razoável, todo o esforço financeiro e conseguirmos, de alguma forma, comportar este investimento.

Entretanto, em sede de reunião de Câmara, houve concertação também no endividar de esforços que conseguíssemos de todos os Senhores Vereadores da Câmara Municipal fazer um esforço supletivo para haver uma comparticipação financeira acrescida, uma vez que da PO SEUR, nas reuniões que nós tivemos, não havia fundos disponíveis porque é um Quadro Comunitário que está em fim de ciclo. E, mais tarde, desses esforços que foram feitos, houve um compromisso de uma comparticipação de um milhão de euros da Agência Portuguesa do Ambiente, da APA.

Entretanto, mais tarde, naturalmente, com este, digamos, conforto, digamos assim, a taxa de esforço acompanhava. Ou seja, havia uma comparticipação que era de 60% do valor elegível no primeiro concurso e o que nós conseguimos aqui era o aumento do valor do preço base que era acompanhado pelo valor da comparticipação dos Fundos de Coesão em concomitância com o valor do investimento da Autarquia que nos parecia que faria sentido. E foi nessa condição que aprovámos.

Nós falámos isso na reunião de Câmara. Houve, de facto, um momento onde se não houvesse este reforço, o que teria de ser ponderável era não executar o investimento, uma vez que era, de facto, um esforço financeiro muito grande. E foi ponderável se esse esforço financeiro faria sentido, a não ser que, eventualmente, houvesse uma comparticipação supletiva.

Entretanto, foram adiadas duas reuniões de Câmara no sentido de conseguirmos, conjuntamente, encontrar um reforço e que depois se consubstanciou nesses um milhão de euros da APA, que depois, mais tarde, a comunicação foi que não havia condições para ser em sede de APA ser feita a aprovação, digamos, de um milhão de euros diretos. A autonomia que havia é o valor do Fundo Ambiental de cerca de 200.000,00 euros. E foi esse que ficou consignado.

Obviamente que era um valor que ficava aquém daquilo que era a expetativa de um milhão de euros e, portanto, houve reuniões com a CCDR, com o PO SEUR e com a Senhora Ministra da Coesão Territorial, a Senhora Professora Ana Abrunhosa e como foi no documento que vos foi entregue, houve um aumento da comparticipação de, sensivelmente, 350.000,00 euros. O que nós estávamos a falar, havia uma comparticipação do Fundo de Coesão de 893.188,00 euros e passou para 1.228.807,00 euros.

É claro que o investimento da Autarquia continuava significativo. Mas havia aqui até um Despacho que os Senhores veem da Coesão que no investimento elegível não comparticipado, 996.994,83 euros e no próprio Despacho da PO SEUR e à semelhança do que está a acontecer agora no fecho do Quadro e no encerramento do PT 2020, em overbooking, há possibilidade de haver um reforço de verbas através do investimento elegível não comparticipado. É elegível, não é comparticipado. Obriga ao esforço financeiro da Autarquia e há aqui esta margem.

No documento que vos foi entregue há, precisamente, essa referência de que este da parte da PO SEUR poderá haver o acréscimo de custos de 996.994,83 euros e ficará registada como despesa elegível não comparticipada recuperável. E o recuperável faz aqui toda a diferença porque é esse o seguimento que é feito.

Agora, em abono da verdade, embora haja expetativa, não é certo, não é, completamente, líquido que este montante, na sua expressividade, na sua totalidade, seja ainda possivel também de ser recuperável. Mas também há expetativa e no seguimento até da visita ao nosso território da Senhora Ministra da Coesão, que falou com os Membros da Câmara Municipal e com os Deputados da Assembleia, com os Representantes Líderes de Bancada, foi consensualizado com a

própria Ministra, eu peço desculpa aos Senhores Deputados, ao Professor Borges e ao Rui Costa, da Senhora Ministra, que havia essa, para nós avançarmos com o projeto, que, obviamente, que essa parte que faltava, que nós falámos, seria assegurada para nós avançarmos com o processo, tanto da Senhora Ministra da Coesão, como da Senhora Dr.ª Isabel Damasceno, a Presidente da CCDRC,

E, pronto, obviamente, estamos a falar de um compromisso que não está em papel, que não está vertido, que não está firmado. Mas há um compromisso público. Não é um compromisso de telefonema, não é um compromisso de conversa informal. Há um compromisso público estabelecido. E, portanto, nós também temos que nos ancorar nisso como um facto e não temos motivos para pensar o contrário. E, portanto, também nesse sentido, deu-nos o conforto para avançar. E para avançar, porquê?

Este Projeto, em boa verdade, é entendível. Este Projeto é o quê? No momento em que nós temos um País que está em 40% em seca extrema, ou estava há, sensivelmente, três semanas e aumentam os números, para já, ultrapassar 50% do País e caminhar fortemente para números mais expressivos, com os verões que nós temos tido, com as alterações climáticas, com a expetativa de termos cada vez mais dificuldades, com as notícias que nos dão que a Barragem de Fagilde todos os dias está a baixar a sua capacidade.

Por falar em Barragem de Fagilde, está agendado já para a próxima semana uma reunião com as Águas de Portugal por causa da questão do abastecimento em alta e também para falar sobre a questão da Barragem de Fagilde. Veio a talhe de foice. Achamos que faz sentido.

Mas, independentemente disso, toda esta questão ligada com a água, este Projeto tem vantagens claras. Independentemente do que possamos dizer e não quer dizer que concordemos todos. Mas temos que pensar no Projeto desta maneira: Nós, desperdiçarmos um bem escasso como a água e lançá-lo ao meio hídrico, independentemente de já estar tratado, ou não, não deixamos de lançar ao meio hídrico. E, portanto, claramente, até em termos ambientais do que é a nossa pegada ecológica, do que é a nossa consciencialização ambiental, tudo que nós consigamos fazer para mitigar a nossa pegada ecológica, a nossa devastação que fazemos com a nossa presença humana e com a nossa vivência, tudo isso terá que ser sopesado.

E, naturalmente, é um aspeto muito importante. Não tem sido muito falado sobre isso, mas é, claramente, uma questão da nossa responsabilidade social. E a questão da preocupação ambiental é, claramente, uma das questões que tem que estar em cima da Mesa e está e este projeto assegura isso. Mas assegura outra coisa também.

Vai permitir que o Município de Nelas fique na vanguarda do que é, em termos da fixação do nosso tecido empresarial, desta fidelização que há de empresas grandes que se mantêm e que continuam a desenvolver os seus modelos de negócio e a criar riqueza e a criar postos de trabalho e a fixar população e a contribuir, por exemplo, com a sua derrama, para o erário público, para o Orçamento Municipal. Para ficarmos com uma ideia, uma das empresas, em 10 anos, no levantamento que fizemos, em termos de derrama, o valor seria, sensivelmente, de 2013 a 2022, uma das empresas do nosso setor empresarial, só per si, em derrama ao Município contribuiu com 1.400.000,00 euros e nós estarmos a falar aqui de um investimento de 1.668.000,00 euros e também do esforço da Autarquia.

Ou seja, uma empresa, basicamente, com a sua derrama, suportaria quase o custo que nós temos associado ao montante que aqui trazemos para contratualizar. E podemos falar das outras empresas todas no valor da derrama. Diremos assim: Mas é, intelectualmente, honesto este argumento? Sê-lo-á, obviamente, porque algumas das empresas, no seu processo produtivo, a água é, absolutamente, indispensável. Sem água, sem acesso à água, a sua existência no nosso território

seria, manifestamente, equacionável, ou então, não faria, de todo, sentido. E, portanto, também tem que ser pensado nesta perspetiva.

O setor empresarial é relevante também para o que é o nosso modelo de desenvolvimento e a nossa afirmação também social. Sem emprego, sem emprego qualificado, sem qualidade de vida que pode proporcionar com tudo o que tem de direto e indireto, com os empregos diretos, com os empregos indiretos, com a injeção e a ativação no comércio local. Porque sem esta gente toda a laborar e a trabalhar no nosso setor empresarial, a restauração, a cafetaria e o comércio local não teriam o mesmo impacto. E, portanto, isto também tem que ser entendido no que é o próprio modelo de crescimento e de desenvolvimento do Concelho.

A outra questão, também não menos importante, é o que é que isto também nos aporta em termos positivos. Nós, ao conseguirmos contar com esta estrutura, posicionamo-nos, claramente, em termos empresariais, na linha da frente. As empresas todas precisam de água para o seu setor produtivo. Umas mais que outras, evidentemente. Mas precisam.

Se o Município de Nelas der essa oferta, claramente que o posiciona, em termos do que é a consolidação das empresas que estão instaladas e a capacidade de atração de novas empresas, num posicionamento muito maior e muito mais à frente do que estará. E também isso é estratégico e decisivo para o nosso Concelho.

Todos acompanharam o que foi, profusamente, divulgado em termos de Comunicação Social, uma estrutura que existe semelhante, no Algarve, que tudo que era o Turismo associado ao Algarve estava a querer também aderir, ou beneficiar, de um investimento, de um benefício de uma infraestrutura desta natureza. E, portanto, nós estamos a falar aqui, claramente, também dessa importância relevante.

Ou seja, em súmula, conseguimos, simultaneamente, no que é a responsabilidade social, no que é a nossa pegada ecológica, no que é a defesa do ambiente, no que é a consciencialização do que é o bem escasso da água e dessa forma, que é um bem escasso da água, nós fazemo-lo em círculo, sem o desperdiçar porque é cada vez menos. E, depois, conseguimos também isto: Nós temos um consumo definido de 4.000 m^3 diários da Barragem de Fagilde. Nós, no que é o gasto da água, em picos, irá, sensivelmente, para metade esse valor, entre 40% a 50% do consumo do que é esse valor.

Ao nós conseguirmos desafogar, digamos assim, o que é o consumo industrial, do que é a nossa percentagem, ou da nossa quota da água da Barragem de Fagilde, da qual nós somos, completamente, dependentes em termos de fornecimento de água, estamos a desonerar em cerca de 50% o consumo e libertá-lo para consumo doméstico, que é a nossa maior preocupação, a preocupação maior de todos. Porque ao fazermos isto também conseguimos, de alguma forma, tirar o garrote do que é o abastecimento de água para o consumo humano e libertá-lo também. E fazer depois o ciclo da água. Portanto, o termos águas residuais domésticas e industriais, que sejam tratadas e que sejam outra vez lançadas para a rede, para fins industriais, é, com este contexto todo, absolutamente, indispensável.

Depois, do que era o projeto e depois do que nós lhe pegámos onde havia os pontos de entrega nas duas Zonas Industriais junto ao novo Reservatório houve aqui questões que no foi a análise do projeto se podia também aqui acrescentar algumas variantes, não tendo um custo exacerbado. Isto é, em última análise, mesmo depois da investigação e do que nós fomos formulando, do Executivo com o Senhor Eng.º Carlos Mendes, fomos fazendo os cálculos do impacto que havia.

Pedimos às empresas para reforçarem a manifestação do interesse neste consumo, que foi o que estava na origem deste Projeto. Mas passou este hiato temporal e as empresas manifestaram,

na mesma, essa vontade clara em ter este custo. Porque, obviamente, o custo que têm, atualmente e o custo da atualização do tarifário de água, que aumenta para a parte industrial, com o tarifário proposto que nós fazemos aqui e numa informação que está aí 30 cêntimos. Há ali um cálculo que não está, completamente, bem realizado, depois de nos reunirmos outra vez com o Senhor Eng.º Carlos chegámos à bitola dos 43 cêntimos. Mas não é assim tão relevante. É, meramente, referencial. Vou dizer porquê. Porque o valor somos nós que o definimos. E, portanto, quanto maior for o valor mais fácil é recuperado o valor do investimento. Mas, depois, também não podemos pôr muito elevado o valor porque depois deixa de ser apetecível para as empresas consumirem.

O que era importante? A universalidade e tirar a ideia de que se destina a duas empresas. É verdade que essas duas empresas, em conjunto, têm um consumo muito grande. É, é verdade. Mas essas duas empresas também têm um impacto muito grande social no nosso Município. Mas, mais importante, estes pontos, não são, somente, para duas empresas. É para o setor industrial todo da Zona Industrial I e da Zona Industrial II.

E, depois, havia aqui também, já estava consignado e é mais explorado e podemos ir mais à frente sem custos também muito significativos, mas para a rega dos espaços verdes, da jardinagem, dos espaços públicos, de aproveitar e daqui também conseguirmos, de alguma forma, mitigar o que é que é dos custos de água porque os espaços verdes também precisam, não podem também ficar completamente, embora, em última instância, acontecer como no ano passado, aqui em alguns locais, ficou tudo queimado porque a água foi privilegiada e bem, para aquilo que tinha que ser privilegiado, mas podemo-la aproveitar para aí.

Há equacionado também, nós estivemos a ver essa questão, de colocar outros pontos que possam servir para abastecimento para as cisternas para fazer as regras públicas, para fazer o que tenha a ver também com uma parte que é importante também, que também foi equacionada, que é a parte da Proteção Civil, que é poder haver bocas de acesso da água que os nossos Bombeiros e não só, em situações de socorro e de Proteção Civil também possam ser utilizados. Era uma questão que estava no posto de origem. Nós, neste momento, do que é da empreitada, é possível um custo não muito elevado, bem longe disso, criar postos de abastecimento durante o que é o processo de canalização e de entrega até às Zonas Industriais que permita que sejam pontos para abastecimento de rega, das cisternas, que seja ponto da Proteção Civil, de abastecimento. Mas também para outra questão do abastecimento empresarial para também o que é o nosso setor agricola, para a agricultura, que possa servir, é possivel, Senhor Eng.º, do Estudo que há, que há, que é de Classe A, permitir que esta água seja utilizada para regas agrícolas, inclusivé, para o setor produtivo grande de excelência que possa qualquer uma das produções agrícolas, até seja na rega, não sendo mais complexo, mas que possa ser feita, além da agrícola, na componente agrícola, na parte também da vinha. E também uma questão que, o Senhor Eng.º também garantiu isso, em última instância, até a água para o consumo animal, que também é possível reaproveitar isso porque esta água tem um outro tratamento diferenciado.

Ou seja, em suma, o que é um Concelho, formalmente, industrial, que tem uma forte componente agrícola, particularmente, no produto endógeno de excelência. Dos produtos endógenos de excelência, o mais relevante na vinha e no vinho, mas também no azeite, no que é a parte do queijo, do que é a parte agrícola, podemos estar aqui a criar uma boa barragem, digamos assim, de abastecimento de água que possa ser usada em diversas vertentes, não só industrial, mas, como nós falámos, na questão da Proteção Civil, na questão das regas públicas, na utilização do setor agrícola, inclusivé, na parte que tem a ver de consumo também para os animais.

Este investimento, para concluir, para não me alongar muito, nós estivemos a fazer aqui depois também dois aspetos e isso são, agora, os fundamentais que têm a ver com aquilo que, eventualmente, mais faz pensar as pessoas. Os investimentos são, este, em particular, tem um retorno. Ou seja, este investimento deixou de ter uma taxa de comparticipação de 85% porque tem uma taxa forfetária.

Nós já falámos disso, grosso modo. Como tem um custo associado, ou um proveito associado, melhor dizendo, para o Município, que vai vender essa água, a comparticipação baixou. Mas ao contrário dos outros equipamentos todos e importantes para o Concelho, uns mais, ou menos discutíveis, mas este, em particular, tem uma vantagem, vai-se pagar a ele próprio. E, isso, claramente, também é uma vantagem clara. Ao contrário dos outros investimentos, ao contrário de outras empreitadas, ao contrário de outros equipamentos, que não são menos, ou mais relevantes, mas este tem a vantagem expressa de ser, de o retorno ser pago.

E o retorno ser pago, independentemente do investimento, é assim: Como os Senhores viram, no que é o empréstimo da Linha BEI, nós consignamos para 15 anos, com três anos de período de carência. O que são os cálculos que nós fizemos, como as amortizações, com o pagamento que temos que fazer, além dos juros e com o valor que nós temos, esse acertado na informação que tenho sobre, se não se importarem, corrijam onde está a de 0,30 para 0,43, mas é, meramente, informativo. Também há-de vir depois aqui, quando isso avançar, quando for para falarem do valor da água que nós, depois, vendamos ao setor empresarial, ou a alguém que a venha a consumir.

Dizer que estamos a falar de 1.756 litros/dia que podem ser utilizadas em rede. Portanto, em picos, até chegarmos a um máximo consumível, com as médias que são, neste momento, feitas, dava para o setor empresarial e sobejava para as outras componentes que nós acabámos de falar. E, fazendo as contas de uma forma com rigor, isto podia ir, por exemplo, numa primeira instância, nós falámos que podia ir até 17 anos no primeiro cálculo que nós fizemos, até 2040, com aquele valor de 0,30. Mas, depois, com a atualização de 0,43, que é ponderável, Senhor Eng.º, nas contas que também fizemos, portanto, encurtaria, naturalmente, o tempo. E aqui estaríamos a falar do que poderia ser, num exemplo mais extremo, daquele consumo ser todo feito. O que também, naturalmente, não está correto fazer dessa maneira. Mas dessa forma, eventualmente, o empréstimo seria concretizado em 6 anos. Mas, obviamente, que aquilo não é tudo todos os dias consumido, naturalmente.

E, também, naturalmente, também de igual modo, o consumo não é todos os dias aquela média. E, portanto, no que será um dado ponderável e razoável, digamos assim, até que baixássemos para uma média seria de consumo de mil litros/dias de média, que é bem razoável que venha a acontecer. Ao custo de 43 cêntimos daria os 430,00 euros/dia e depois, como nós havíamos, basicamente, a fazer as contas, isto daria para uma recuperação à volta de 13 anos. Ou seja, este investimento, durante o que está a vigorar o período de empréstimo, seria ele amortizado também. Ou seja, quando acabasse, não era só a questão do empréstimo, ele próprio se pagaria enquanto investimento.

Uma última nota também sobre esta questão tem a ver, de facto, que, ao estarmos a vender esta água e esta água a ter este retorno, este retorno dará para fazer o que há de amortização do próprio empréstimo também. Não, eventualmente, na sua totalidade. Ainda nos faltam aqui dados e depois saber como é que isto fica a parte final, mas dará, substancialmente, também para, digamos assim, confortar o que é também este empréstimo que está aqui proposto.

Da minha parte, Senhora Presidente, para já, obrigado pela atenção concedida.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Obrigada, Senhor Presidente. Pergunto, então, à Assembleia, aos Senhores Deputados, quem se quer inscrever para falar? Deputado João Paulo, Deputado António Borges, Deputado João Alfredo. Mais alguém? Ora, ok. Temos, então, três inscritos. Cinco minutos, cada um. Quando quiser.

O Deputado João Paulo Almeida:

Ora, boas noites.

Ora, Senhora Presidente da Assembleia.

Senhor Presidente da Câmara.

Senhores Vereadores.

Membros da Assembleia.

Estimado Público.

Para a CDU não são as questões de natureza técnica quanto à Autarquia contrair um empréstimo. Não são a forma e os meandros da lei que obrigam à necessária transparência do processo. Nem são os fundamentos ambientais e eventuais retornos financeiros que sustentam tal investimento. A questão essencial, estas são questões importantes, mas não são a questão essencial.

Para a CDU, a questão fundamental que justifica esta reunião extraordinária da Assembleia Municipal é quem beneficia com tal investimento e quais as contrapartidas para a melhoria das condições de vida dos Nelenses.

Para a CDU, nesse sentido, não nos é possivel olhar para a questão sem ter em conta a discussão recente sobre a atualização de valores e encargos com a fatura da água no nosso Concelho.

Consideram que reflectirão aumentos substanciais de forma mais significativa sobre o grosso da população, ao contrário do que se verifica com os maiores consumidores, nomeadamente, a indústria, não se reveste de qualquer sentido de justiça. Situação que se torna ainda mais grave tendo em conta a situação económica e social que vivemos e que pode ser sintetizada numa contradição: A perda de poder de compra da generalidade da população Nelense.

Em toda a documentação que foi disponibilizada não se vislumbra nenhuma resposta a questões como tirando vantagens evidentes do investimento que a Autarquia se propõe fazer. Porque não foram as beneficiárias chamadas a comparticipar nos encargos? Porque não se refere em lado algum o compromisso das beneficiárias, mesmo que futuros, para com o Concelho e o seu desenvolvimento? Porque razão se referem as vantagens ambientais e possíveis retornos do investimento, sem que se assuma o compromisso de e para quem se destinam esses retornos no futuro?

A CDU considera que investir em infraestruturas que garantem uma melhor qualidade de acesso à água e de forma, racionalmente, sustentável é sempre um bom investimento quando destinado a servir melhor as populações e não só quando alguns são beneficiados, mesmo quando são muitas vezes os únicos a aceder a outros benefícios, sejam eles fiscais, ou de acesso a Fundos Comunitários, como é o caso das empresas das Zonas Industriais a que se destina o presente pedido de empréstimo.

Nesse sentido, a CDU votará contra.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Obrigada, Senhor Deputado João Paulo. Senhor Deputado António Borges.

O Senhor Deputado António Borges:

- Sendo este um projeto que vem do Executivo anterior, portanto, como eu dizia, um projeto nosso, eu vinha preparado para defender a bondade do mesmo, tal como fizermos na altura em que nos candidatámos.

Neste momento fiquei sem necessidade de o fazer porque o Senhor Presidente da Câmara fez uma brilhante intervenção e deu-nos a conhecer, se não todas, quase todas as vantagens de nós investirmos neste projeto.

É um projeto estruturante para o Concelho de Nelas. É um projeto que garante às empresas a sua sustentabilidade. É um projeto que pode trazer mais empresas para o nosso Concelho.

Ao contrário do que o Senhor Presidente da Assembleia diz no Despacho, que juntou à Convocatória, isto não é água para entregar as empresas, é água para vender às empresas. Portanto, como o Senhor Presidente disse e muito bem, a água vendida às empresas vai pagar este projeto a muito curto prazo. Assim, elas precisem, continuem a precisar da água que precisam neste momento. Portanto, é um projeto fundamental. Nós não podemos, de facto, brincar com a água. Nós não podemos deixar fugir as empresas.

Se recuarmos uns anos atrás e nos lembrarmos que o Regimento de Cavalaria 7 foi desta terra para Lisboa, porquê? Porque não havia água para os cavalos. Foi só por isso que eles se foram embora. Iam ao Rio Mondego beber e vinham para cima e estavam cansados e outra vez cheios de sede.

Portanto, se nós reprovarmos este projeto, com a escassez de água que nós temos todos os anos, seria um suicídio. Seria, poderia ser, não quer dizer que seria, empurrar as empresas para fora do nosso Concelho.

Portanto, era esta a bondade deste projeto. Era isto que nós sempre defendemos. E o Senhor Presidente da Câmara, de facto, neste momento, fez essa análise, bastante detalhada, com a qual eu concordo perfeitamente.

Portanto, ao contrário do que se tem passado nesta Assembleia nos últimos mandatos em que a Oposição nunca aprovou, ou nunca votou favoravelmente um único pedido de empréstimo, quer fosse, ou não, estruturante, nós vamos honrar a nossa posição, que é de há longo tempo e vamos, de facto, aprovar, ou melhor, apoiar este projeto com o nosso voto favorável.

É evidente que o valor inicial foi, grandemente, ultrapassado. Não podemos aqui culpar apenas o Município de ter deixado andar porque a única hipótese que ele podia ter feito era na contratação três em que se usassem os 20% conseguia uma vantagem até 2.350.000,00 euros. Eram menos trezentos e tal mil euros. Mas como também conseguiu depois o reforço, se calhar, estamos na mesma. Portanto, nós achamos que este projeto é fundamental e é de aprovar.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Obrigada, Senhor Professor António Borges. Passo a palavra ao Senhor Deputado João Alfredo.

O Senhor Deputado João Alfredo Ferreira:

- Ora, mais uma vez, muito boa noite a todos.

Em primeiro lugar, quero pedir ao Senhor Professor António Borges as minhas desculpas. Apesar de não concordar, tem razão e acho que é o sítio certo, quando a gente erra também pedir desculpa, ter humildade para tal.

E queria falar sobre o Ciclo da Água e explanação que o Senhor Presidente da Câmara fez, além da sua reutilização para a indústria e não só para aquelas indústrias que muita gente diz que são duas indústrias, ao fim e ao cabo, charneiras do nosso Concelho, servirá toda e qualquer indústria que tenha necessidade de água.

Além de mais, também, segundo sei, foi dito pelo Senhor Presidente, a mesma serve para regas de espaços verdes, nomeadamente, poderá servir, que se gasta muito para a rega do Campo de Futebol, assim como outros espaços que existem no nosso Concelho.

Servirá também para as regas da agricultura, nomeadamente, até para a produção animal, caso haja necessidade, porque segundo informações que tenho, a mesma está em condições para isso.

Ao mesmo tempo, um fator muito importante e se analisarmos aqui há uns anos um incêndio na empresa Borgstena, poderá servir para a Proteção Civil, nomeadamente, em virtude da própria pressão da água que, se for colocada em diversos pontos, diversas bocas, nesse Sistema de Água, o Concelho de Nelas estará mais resiliente aos fogos. Se eles não acontecerem, melhor. Mas teremos sempre uma capacidade de reserva de água.

Mas há outra coisa que as pessoas se esquecem e falaram muito da população. A população também é, segundo creio, farei essa pergunta ao Senhor Presidente, porque não ouvi. A reutilização dessas águas residuais, creio que vão de encontro a uma poupança de água que era e será utilizada pelo uso doméstico, ou seja, por qualquer um de nós em sua casa, com inegável importância em termos ambientais do Ciclo da Água e da qualidade de vida das pessoas do nosso Concelho e daquilo que se chama a evolução do próprio Concelho.

E é tudo. Eu fazia esta pergunta ao Senhor Presidente, se há, ou está quantificado, mais, ou menos, quanto é que se poupa em termos de água que ficará para a população.

Muito obrigado.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Obrigada, Senhor Deputado João Alfredo. Passo a palavra ao Senhor Deputado, Líder da Coligação, Rui Costa.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Quanto à intervenção da Bancada da CDU e do Senhor Deputado João Paulo, é assim. Quero tecer algumas considerações, como é óbvio.

Quem beneficia? Esta é a primeira pergunta que fica do discurso que fez aqui e da CDU, que é: Quem beneficia? Quem beneficia é o Concelho porque caiu por terra e é assim: Os Velhos do Restelo, os Velhos do Restelo que, às vezes, aparecem nesta sala e que falam sem saber, realmente, o que é que são as coisas e são aquelas pessoas que veiculam e que dizem que, nem vão porque, é pá, são contra a indústria, quer dizer, isto é para a indústria. Mas, realmente, não sabem o que é o projeto. Não sabem o que é o projeto. Esses são os verdadeiros Velhos do Restelo deste Concelho. E que fique aqui registado.

E não é por si, Senhor Deputado. Quanto ao seu discurso, quem beneficia, realmente, este Executivo fez uma inversão daquilo que era o projeto inicial. E eu posso-vos dizer que na vez de termos uma injeção na Zona Norte, que não é na empresa LusoFinsa, antiga Madibéria, porque fica antes do Caminho-de-Ferro, vai ter um baipass na Zona Oeste, junto ali à Zona dos Aquinos, ou assim, para essa Zona. Ou seja, a Zona Industrial está salvaguardada e não é, exclusivamente, para A, B, C, ou D. Inclusivamente, para vossa informação, a Zona Sul, que se dizia que era de acesso direto à empresa Borgstena, realmente, no sentido Nelas - Canas de Senhorim, fica do lado direito o ponto de entrega. Não é diretamente na empresa Borgstena.

Quem me diz a mim que aquela Zona que está a ser desbravada neste momento, imaginem que vai ser uma plantação daquilo que os Senhores queiram e que há necessidade de rega. Foi-me dito pelo Técnico deste Projeto que esta água para rega era aproveitável. Poderá ser. Portanto, vira isto, desmistifica-se, a situação que este projeto desta Câmara, desta Câmara é, exclusivamente, para a empresa A, ou B. Inclusivamente, a situação que diz no projeto que

entrega na Cidade. Nós não somos Cidade, por enquanto, mas somos uma boa Vila. E isso também é muito bom. Está na Zona do Campo de Futebol. E poderá ser uma entrega para a rega da parte desportiva, social. Ao fim e ao cabo, quem beneficia são os Municipes, são os industriais, somos todos nós. E a água não é para vender às empresas, é para consumo dos Municipes que vivem no Concelho de Nelas.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Obrigada, Senhor Deputado Rui Costa. Passo a palavra ao Senhor Presidente. Pode, pode, por favor, Senhor Professor Borges, que vai, então, usar da palavra.

O Senhor Deputado António Borges:

- Eu vou ser muito breve.

É só para dizer ao Senhor Deputado Rui Costa que este projeto não é desta Câmara. Este projeto é da Câmara anterior. Felizmente, foi adotado por esta Câmara com sentido de responsabilidade, como o Senhor Presidente da Câmara acabou de dizer. Portanto, não estamos agora aqui a ver de quem é o projeto, ou de quem não é o projeto. Se, de facto, mudaram a ponta.

Agora o projeto em si, que eu tenha conhecimento, não teve nenhuma alteração estrutural. É o mesmo projeto. Poderá ter mudado o sítio onde se vai entregar a água. Tudo bem. Mas não é isso que torna este projeto desta Câmara. Este projeto é um projeto do Concelho que foi apresentado pela Câmara anterior e muito bem. Foi aproveitado e foi levado à frente pela Câmara atual.

E disse isto antes o Senhor Presidente da Câmara, que teve uma brilhante intervenção, e deu a entender que, de facto, teve que lutar contra alguns Velhos do Restelo, como lhe chamaste. Não sei se ainda vou levar alguma tareia. Mas, pronto.

Obrigado.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Muito obrigada, Senhor Deputado. Passo, então, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos,

O Senhor Presidente da Câmara:

- Umas breves considerações. E começava por esta parte do fim.

O projeto é um projeto do Concelho. É um projeto do Concelho, para o Concelho e com benefício do Concelho. Não sou Advogado de Defesa, obviamente. Não é, propriamente, a minha área, mas eu suponho que o que o Senhor Deputado Rui Costa queria dizer e acho que o Senhor Deputado António Borges percebeu isso bem. Mas eu gosto de ver as suas intervenções inflamadas agora.

O que o Senhor Deputado Rui Costa queria dizer, digo eu, era de que algo do que havia além do projeto original, houve, digamos assim, o que é normal, algumas melhorias do que é o projeto. O que é normal e expectável. Qualquer projeto pode ser alvo de melhorias. Aquela aceção, eventualmente, quando evoluiu o próprio projeto e poder ser facultado para regas.

Além dos espaços públicos, para agrícolas, para consumo animal, houve novidades aqui que puderam depois ter os pontos de entrega serem aumentados sem encarecer, excessivamente, o projeto e beneficiando-o e melhorando-o e potenciando-o. Acho que seria por aí que ele iria. E acho que era essa a ideia. Portanto, o que é importante neste projeto, para mim, para nós, para o Executivo, acho que para toda a gente, é que ele seja feito e que é um projeto do Concelho.

Eu tinha aqui, nós recebemos hoje uma comunicação, até no seguimento do que é aquilo da informação, o Senhor Vereador Artur Ferreira alertou-me para isso também, que tem a ver com os nossos Serviços da Câmara que estão relacionados com a água, que tem a ver com o que os Serviços de Mangualde que informara, como os Senhores sabem, nós compramos a água a

Mangualde, mas depois tem um custo superior porque é a distribuição que depois vem para Mangualde, os Recursos Humanos, a manutenção, a componente energética e que há uma preocupação de que a ETA não está a funcionar em condições. Mas, isso, nós sabíamos.

Há uma reunião com a Câmara de Mangualde na próxima semana e depois também com as Águas de Portugal, no sentido de resolver também este problema. Há problemas, depois, aqui até de custos imputados para resolver nessa questão até do funcionamento de Tabosa. Mas, o que se vai dizer é que nós já estamos a ultrapassar, atualmente, o que é a nossa quota de consumo e o verão ainda mal começou. Nós também vimos isso, por mais campanhas que se façam. O verão, ainda nem começou, melhor dizendo.

Ainda hoje vi e parei e depois também a pessoa que, delicadamente, lhe disse isso, mandou-me, basicamente, dizer que pagava a água. Pronto. Mas, eu passei num espaço, estava um Senhor com uma mangueira a limpar só a parte do gradeamento. Demorei uns minutos até largos. Depois, tornei a passar e o Senhor estava lá, parei. E a sensibilização para estas coisas, às vezes, vale o que vale. Mas, pronto, cada um tem que fazer a nossa parte. Nós, naturalmente, iremos fazer uma campanha nesse sentido. Nem toda a gente estará recetiva a isso. Mas é bom que tenhamos noção dessa questão, todos.

Dizer, por exemplo, que também os Senhores souberam e toda a gente teve conhecimento que houve uma Cimeira Franco-Espanhola, com medidas restritivas para a utilização da água. E, preconiza-se também uma Cimeira Ibérica, também a realizar, brevemente, com medidas de contenção, com medidas que visem, de alguma forma, mitigar o consumo da água para que exista.

Portanto, as informações que existem são que os consumos são superiores até, inclusivé ao período homólogo. Portanto a Barragem de Fagilde, como sabem, tem restrições no que é o armazenamento devido à capacidade estrutural da própria Barragem em armazenar mais. E, portanto, esta pressão também existe sobre nós. E isso vai até de encontro ao que o Senhor Deputado João Alfredo, eu tinha falado nisso. Se calhar, o Senhor Deputado não ouviu. Eu tinha dito que o facto de tirarmos cerca de 2.000 m^3 dos 4.000 m^3 que temos da água de consumo industrial desonera o que é o consumo doméstico, libertando, naturalmente, essa mesma expressividade no que retorna para o consumo humano.

Só três, ou quatro apontamentos finais. O Senhor Deputado João Paulo, obviamente que é assim: a Democracia funciona no seu esplendor. Nós concordamos. Não concordamos. Só lhe queria dizer uma coisa: Quem é que beneficia com este investimento? O Senhor Deputado Rui Costa respondeu-lhe. Todos. Todos. Todos nós. Disso não tenho uma única dúvida. Obviamente que também não quero ter a presunção de achar que o que eu penso é um postulado. Não é. Mas, claramente, que nós beneficiamos desse todo.

E esta demonização que foi feita desta questão de poder servir para os grandes interesses privados, para o grande interesse financeiro, para duas empresas, não é verdade. Isto vai permitir ao Setor Empresarial todo. É claro que no Setor Empresarial todo alguns consomem mais que outros. Mas também é importante dizer que este equipamento é fundamental para as empresas se manterem cá e para ficarem cá.

Mas ainda é mais fundamental para termos mais água para consumo doméstico no contexto em que vivemos e também é fundamental, nós termos um sentido e uma responsabilidade especial da nossa pegada ecológica. E depois com estas vertentes todas que nós podemos usar. E também não vou enunciar de novo o que nós aqui explorámos a questão para as regas agrícolas, para os espaços públicos, para a Proteção Civil. Há um conjunto grande de oportunidades.

E, provavelmente, com o decorrer do tempo, nós estamos em crer que muito do que será o novo PT 2030, haverá muitas Autarquias a seguir o exemplo do que já está no Algarve. O

Algarve já tem. É, nós, em termos de CIM, estamos a ir adiantarmo-nos uns aos outros e na Região Centro e na parte Norte do País. E muito bem. E, portanto, naturalmente, se a pergunta era nesse sentido, Senhor Deputado, é todos, nós Municipes, nós populações, nós Humanidade, se assim o entender, para o que é a sustentabilidade do nosso Planeta, da nossa Terra, onde nós vivemos.

O pagamento do próprio investimento, não deixa de ser curioso, porque ser a CDU, eventualmente, a propor uma parceria público-privada. Mas é uma questão que poderia, eventualmente, realizar-se. Mas, agora, imagine: Então se isto é para ser universal, como estava na génese do Projeto, se são duas empresas a pagar, como é que fazemos a distribuição? A quota fica para as empresas? Não, está enganado Senhor Deputado.

Ó Senhor Deputado, eu acabei de lhe dizer, a água tem diversos destinatários. Eu tenho todo o gosto em ouvir o seu replicar. Mas, como compreende, não pode ser isso. Se não se importar, deixa acabar o raciocínio.

O que eu lhe estou a dizer é e também não se pode esquecer de um pequeno detalhe: Mesmo as empresas que estão cá, algumas das empresas, têm novas linhas de investimento. Ninguém garante que as empresas que estão não tenham linhas de investimento e que necessitem de um consumo de água acrescido. E essa questão pode ser colocada, ou outras empresas.

Nós estamos aqui de um investimento temporal, não o podemos ver só à luz de 2023 onde nós estamos. É projetar para o futuro, quer com as empresas que cá estão, quer com empresas que se queiram vir, eventualmente, a instalar. Essa questão da água já se está a pôr e vai ser cada vez mais premente.

E, naturalmente, que as empresas vão ponderar a resposta, sim, a resposta que o Concelho de Nelas dá no seu processo fabril, no seu processo produtivo, em disponibilizar água. E vai ser fundamental. Eu não tenho uma única dúvida quanto a isso.

Agora, também em abono da verdade, houve, pelo menos, duas empresas que se mostraram disponíveis para ser um parceiro neste investimento. Inclusivé, é público esse interesse da própria Entidade Projetista deste Projeto. O que nós achamos é que ele tem que ser do domínio público porque nós é que vamos distribuir a água porque, senão, depois, aquilo das quotas. E, aqui, eu não sou contra parcerias público-privadas, que seja claro, até por causa da minha matriz ideológica e aquilo que eu acredito.

Mas, independentemente, disso, aqui nesta questão, há questões onde não pode haver tantas parcerias público-privadas em setores estratégicos. E este é, claramente, um deles. E, não, não acho que sejam só alguns beneficiados.

No que concerne ao que disse o Senhor Deputado António Borges, agradeço. Não será todas as vezes que haverá esse deferimento, embora o trato seja sempre bom. Nós temos debate político, concordamos, discordamos muita vez. Mas fazemo-lo com elevação e com respeito, que é assim que tem que funcionar, naturalmente, o debate democrático. E, pronto, reforçou bem. Revejo-me também no que disse, ou reafirmando, ou afirmando outras questões.

No que concerne ao Senhor Deputado João Alfredo, sim, as regas dos espaços verdes, das atividades agrícolas, da produção animal, todas estas nuances novas que acrescenta um bocadinho aqui, que projetam ainda mais e que, de acordo com o Projetista e do que consultámos, tecnicamente, é possível, dá ainda esta valia acrescida. E tem ainda a questão da poupança da água.

Dizer, também, para o Senhor Deputado Rui Costa que esta ideia de fazer o bypass é, manifestamente, uma ideia que mereceu dos Senhores Deputados da Coligação e bem, que permite também fazer uma oferta ainda mais universal.

Portanto, eu diria que, Senhora Presidente, ou hoje Presidente, agradeço a atenção concedida.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Muito obrigada. Não sei se mais alguém pretende algum esclarecimento, ou quer intervir?

Punha, então, à votação a proposta de contratação de empréstimo de médio e longo prazos para o financiamento da contrapartida nacional de operações de investimento autárquico aprovadas no âmbito dos Programas Operacionais do Portugal 2020, através da Linha BEI PT 2020. Quem vota contra? Um voto contra do Senhor Deputado João Paulo Almeida. Quem se abstém? Zero abstenções.

A Senhora Primeira Secretária, Carlinda Duarte de Jesus Oliveira Loureiro:

- Portanto, passo a ler a Minuta da Ata.

O ponto 1 - Apreciação e votação da proposta de contratação de empréstimo de médio e longo prazos para o financiamento da contrapartida nacional de operações de investimento autárquico aprovadas no âmbito dos Programas Operacionais do Portugal 2020, através da Linha BEI PT 2020 – Autarquias (Reutilização de Águas Residuais Tratadas na ETAR de Nelas III – POSEUR-03-2012-FC-001465).

Foi posto à discussão e votação nos termos do artigo 51.º e da alínea a), do n.º 5, do artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, bem como o pedido de autorização prévia para a realização de despesas de investimento que irão ser financiadas com este empréstimo de médio e longo prazos, nos termos do n.º 2 do artigo 51º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, através da Linha BEI PT 2020, no valor global de 1.668.789,78 €, nos termos da proposta, tendo sido aprovado com 22 votos a favor, 1 voto contra e 0 abstenções.

Portanto, coloca-se à votação agora a minuta: Quem vota contra a minuta da ata? Quem se abstém? Portanto, aprovada por unanimidade.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Passamos, então, à apreciação e votação da 2.ª Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano, do ano de 2023.

E eu passava a palavra ao Senhor Presidente para apresentar esta Revisão Orçamental.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito obrigado, Senhora Presidente.

Deixe-me só fazer duas notas prévias. A primeira, para agradecer às Senhoras e aos Senhores Deputados a votação expressiva neste Projeto estrutural e o entendimento, enquanto tal, e o esforço que está a ser feito, em termos de Município, para esse efeito. E haver também aqui o compromisso de todas as Bancadas, de todas as Senhoras Deputadas, de todos os Senhores Deputados e, em abono da verdade, também, é bom dizê-lo, dos Senhores Presidentes de Junta das Freguesia, que também têm noção que, independentemente da defesa que têm de ter para os seus territórios, de investimento nos seus territórios, também terem este sentimento de solidariedade para aquilo que é um investimento estruturante de todo o Município.

A segunda, para dizer, Senhora Presidente e Senhoras Secretárias que estão a ir muito bem na reunião também, E, portanto, não haverá problema nesse sentido.

Este ponto 2 da Revisão Orçamental n.º 2 é um procedimento, em termos normais e regimentais, do que é englobar o Saldo de Gerência, para efeitos, depois de distribuição.

Há aqui três, ou quatro questões que são, particularmente, preocupantes e também serviu para isso. Um Saldo de Gerência não é um lucro. O Saldo de Gerência é, de alguma forma, um

Exercício Contabilístico que possa permitir, que o englobar desse Saldo permita depois a resposta a Despesas que estão, de alguma forma, associadas ao Exercício e à conjuntura.

Nós, neste momento, para ficarmos com uma ideia, para não vos maçar muito e como é do conhecimento generalizado, nós temos aumentado, exponencialmente, o que é o consumo e energético. Não é nós, nós, o Planeta inteiro, derivado, do que são os custos elevados das matérias-primas do período pós COVID-19, da atualidade que nós temos, da guerra da Ucrânia, da inflação, como já não tínhamos à décadas. Esta tempestade perfeita tem tido a sua devastação.

E, portanto, é normal que nós, por exemplo, para ficarem com uma ideia, o que eram os juros dos empréstimos, triplicaram o valor que era. Naturalmente que estão a ser trabalhadas essas questões. E, que hoje, que estamos a falar do empréstimo, naturalmente, convém acautelar também tudo o que é uma gestão do Município que acautele essas questões.

Assim como e depois falamos até já do ponto 3, o que é diminuída a nossa Despesa Corrente, nomeadamente, com consumos energéticos elevados para libertar depois e dar alguma folga à gestão diária e corrente do Município.

Dizer, então, que, para além do que importa do englobar o Saldo de Gerência, o que nós aqui falamos são dos juros dos empréstimos contratualizados. Depois, o que é a reparação dos materiais e dos veículos municipais. E, também, naturalmente, desde o fornecimento da eletricidade.

Neste momento, para ficarem com uma ideia e acho que é do conhecimento generalizado, mas convém deixar isso, perfeitamente, esclarecido, os contratos que estão a ser feitos a nível nacional e até com recomendações das várias Entidades e está a ser feito em termos da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, o contrato da eletricidade, neste momento, é de três meses, faz-se com três meses, porque os valores estão sempre variáveis e têm aumentado, exponencialmente. O que faz com que tenha que haver esta questão que depois resvala no apoio que tem que se fazer no reforço, por exemplo, nas refeições escolares, como, por exemplo, também na fatura energética, nos reagentes, na parte química, digamos assim, no gás, em tudo que tenha a ver com a fatura energética. E, grosso modo, é por aí que nós estamos a falar do que são os custos, ou a distribuição, digamos assim, do englobar deste Saldo de Gerência.

E, para já, era isso que gostaria de partilhar convosco.

Muito obrigado, Senhora Presidente.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Pergunto, se alguém quer esclarecimentos, ou falar? Portanto, Senhor Professor António Borges. Mais alguém? Ok. Tem a palavra, então, Professor.

O Senhor Deputado António Borges:

- Vou ser muito breve.

Portanto, como é notório, esta Revisão Orçamental é apenas para introduzir o Saldo da Gestão anterior. É uma operação normal. E, como o Senhor Presidente disse, não é um lucro. É verbas que não foram gastas.

Nós fomos ver à apresentação de Contas, as verbas que não foram gastas, foram de Capital. E, agora, como vimos, esta introdução do Saldo, mais de 80% são Despesas Correntes.

Eu sei que a eletricidade aumentou, sei que tudo aumentou, mas temos que olhar para o Capital porque, se não, vamos cair outra vez na cena do ano passado em que realizámos 17% de Capital. Portanto, não pode ser. Temos que, de facto, ver como é que conseguimos fazer isto.

Portanto, neste ponto, nós não podemos concordar, em pleno, com esta situação. E sendo um documento do Executivo que nós não queremos, de forma nenhuma, perturbar, mas vamos abster-nos neste ponto.

Muito obrigado.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Senhor Presidente, deseja responder?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito obrigado Senhora Presidente.

Só fazer dois apontamentos à intervenção do Senhor Deputado António Borges.

Na gestão atual de qualquer Município, tudo o que é, começo até por ali, não é lucro. Não é uma questão de lucro, nem de aprovisionamento de verbas. É uma gestão, somente, de Exercício, seja qual o Executivo.

E, portanto, o que nós estamos a falar aqui é num contexto onde, por exemplo, em termos do que são as Despesas, por exemplo, com Pessoal. Nós, no que foi a delegação de competências, nós, neste momento, temos um diferencial do que deveríamos ter recebido e do que temos pago, de menos 85.000,00 euros.

Para qualquer Executivo é um valor bastante elevado. Para este Executivo, em particular, na situação financeira que está, ainda mais garroteante, desculpem o neologismo, se torna porque, de facto, estamos a falar de um valor bastante significativo.

E, depois, é um conjunto de somar o Estado, o Governo, não, necessariamente, só este, faz os Acordos de Concertação Social, mas depois quem paga a fatura são as Autarquias. Não há um reforço, através de FEF, ou de alguma verba e, então, ainda por cima, neste contexto para ajudar a mitigar, ou a custear, todo este impacto que tem.

Este simples, há apoio para as empresas e bem, mas depois, para as Autarquias que estão a viver um momento, particularmente, difícil, com revisões de preços, revisões extraordinárias, trabalhos a mais, com o FEF estabilizado, nós, apesar de tudo, ainda temos um FEF inferior que tivemos em relação há dois anos, ainda continuamos com um saldo negativo no FEF.

Depois, temos esta questão de continuarmos a ter essas despesas acrescidas. Nós, com as consolidações, que teve uma implicação de 250.000,00 euros anual no Orçamento, que era um compromisso que vinha, anterior e que nós o honrámos, que tivemos, além de tudo, agora mesmo, com o aumento do subsídio de refeição e com o aumento de 1%, que teve um impacto nas Contas de mais 105.000,00 euros.

E, portanto, nós temos de somar isso tudo, 105.000,00 euros, 85.000,00 euros da transferência de competências que não vem, o valor é baixo na transferência. Logo no primeiro mês da transferência de competências da Ação Social já o valor não é o adequado e que já tivemos que expor a situação. E, portanto, esta questão, mais a transferência de competências que está também a ajudar a agravar esta questão.

E, portanto, nesta complexidade toda, nós estamos a falar em gerir a parte do que é a parte mais significativa, com a eletricidade a preços, manifestamente, como nunca estiveram, o gás, o combustível. E, portanto, no que é a gestão corrente e, simplesmente, corrente, de estar o Exercício Camarário a funcionar porque tem que funcionar dessa maneira, tem estes custos todos acrescidos. E, portanto, é esta, grande parte disso tem a ver com isso. E não há outra forma a fazê-lo. Mas, em termos de conjuntura e do que é a gestão não há outra forma de fazer isso.

Ou fazemos isso, ou deixamos de pagar a água, ou a eletricidade, ou a parte elétrica. E, portanto, deixamos de ter os equipamentos, para termos transportes para as Associações temos que ter custos. Para termos equipamentos municipais a funcionar temos custos de funcionamento e energéticos. E, portanto, é normal que isso seja feito.

O que acontece é que têm aumentado, exponencialmente, os valores e toda a gente sabe isso. E as Receitas são as mesmas e nós, no caso do FEF, apesar de ter havido a recuperação para

o ano anterior, continuamos, em relação há dois anos, com um valor inferior. E é isso que está aqui espelhado nesta Revisão Orçamental.

Muito obrigado também pela atenção de todos.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Obrigada, Senhor Presidente. Pergunto se mais alguém quer intervir relativamente a este ponto? Muito bem.

Pomos, então, à votação a 2.ª Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano, do ano de 2023. Pergunto: Quem vota contra? Um voto contra. Quem se abstém? Seis abstenções.

Vai-se proceder, então, à leitura da minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

- O ponto 2 - Apreciação e votação da 2.ª Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano, do ano de 2023, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 16 votos a favor, 1 voto contra e 6 abstenções.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Pomos, então, à votação a minuta.

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos, então, ao terceiro ponto da Ordem de Trabalhos – Programa Portugal 2030 Peço, então, ao Senhor Presidente que dê conhecimento das novidades que tem para a Assembleia.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado Senhora Presidente,

Para dizer que conforme nós tínhamos já falado nas outras Assembleias anteriores e em reuniões de Câmara e também debateram isso na última reunião de Câmara e houve, de alguma forma também, poderei, acho que dizer dessa maneira, algum alinhamento no que seriam os Eixos Estratégicos embora, é assim: Este processo ainda agora começou.

Para dizer o quê? E começo por essa parte. Houve, hoje, uma reunião da CIM, hoje à tarde, onde, para além do que são os valores que estão consignados para o Portugal 2030 para a CIM e para os 14 Municípios que a constituem, ainda está numa fase em que, por exemplo, nós temos quotas para os diversos Eixos. O Eixo 2, por exemplo, é só para Municípios de âmbito PEDU, como, por exemplo, os grandes Municípios da CIM, Viseu, Tondela e Mangualde, por causa da causa da população. E no Eixo 2, por exemplo, os restantes Municípios não se podem candidatar e criou-se ali um mecanismo de solidariedade, digamos assim, da Comunidade. Mas já lá vamos.

E, portanto, o que nós temos aqui, nesta questão do Portugal 2030, é, como o hiato temporal passa para além do que é o mandato de um Executivo e mesmo que assim não fosse porque nos vincula, independentemente da execução, nós já sabemos que isto vai prolongar-se até 2030, no mínimo. E, portanto, achamos que isto não pode ser uma Linha Orientadora de um Executivo. E, portanto, tem que ser debatido. Tem que haver uma ampla informação na Assembleia Municipal, em particular e com as populações, com os Agentes.

E, dizer-vos, então, o que é importante, para já relevar. Do que foram as negociações dos Programas Operacionais e do que depois passou para a CCDR, neste momento é a Senhora Ministra da Coesão que será, digamos assim, a Coordenadora, digamos assim, deste Programa de Fundos de Coesão, é a CCDR que vai, de alguma forma, coordenar tudo o que é a gestão e a implementação dos investimentos no PT 2030.

Isto vai fazer com que, por exemplo, o PO SEUR, que foi um investimento grande onde o Município se pôde candidatar no Ciclo Urbano da Água, vai cair porque dentro do que são as

quotas dos Municípios. Para ficarem com uma ideia, neste momento, a Bolsa Financeira, a almofada financeira, como queiram, tem estes nomes sempre bonitos, para a Comunidade Intermunicipal são 118 milhões de euros.

Desses 118 milhões de euros, houve uma primeira reunião onde, de alguma forma, se fez a distribuição, quer para a componente para os 14 Municípios, quer para a componente supramunicipal dos Municípios todos que constituem a CIM em diversos Programas, como a Proteção Civil, como a Promoção do Sucesso Educativo, como a Modernização Administrativa, a Digitalização, entre outras.

E, isto para dizer que destes 118 milhões de euros, na distribuição que foi feita, houve um montante que foi alocado de 21 milhões de euros para a comparticipação do que seriam os projetos supramunicipais e o remanescente, o grosso também, naturalmente, do investimento, dividido pelos Municípios.

A divisão, naturalmente, nunca é pacífica. Toda a gente tenta propor o que lhe é mais vantajoso. E seguiu-se o critério consensual do que foi no PT 2020, através da chamada fefização. Pronto, através dos critérios do FEF em 50%, 40% a população e 10% de mecanismos de solidariedade, que também havia.

Havia propostas que nós também não dissemos que não, que era, se fosse através de um reforço de 5% da componente de solidariedade, digamos assim, ou da coesão, nós aumentaríamos ainda a nossa almofada financeira do que está associada, em cerca de mais 80.000,00 euros. Mas depois prevaleceu porque, isto, na negociação é ficar toda a gente revista naquilo.

O Municipio que não se reviu, ou, de alguma forma, a decisão não foi a que pretendia, como é do conhecimento público, do Município que achou que deveria ter uma comparticipação maior. E nós achámos que, no limite, deveria ser a comparticipação que estava porque é mais, digamos assim, equilibrada para os Municípios todos.

Dito isto, o que nós tínhamos, a dotação até ao cêntimo para o Município de Nelas são 5.329.428,80 euros. E estes 5.329.428,80 euros são o que nós contamos em termos de investimento da comparticipação dos 85%. Ou seja, a estes 5.329.428,80 euros acrescentamos os 15% que será a comparticipação nacional através do investimento da Autarquia nos projetos. Esta é a parte, somente, que é a comparticipação financeira.

Na reunião de hoje havia aquele montante que vos referi, que é distribuído pelos projetos supramunicipais e houve propostas de serem alocadas, havia ali um montante também muito grande para a parte das empresas. Mas como as empresas também têm um financiamento específico e grande no que é o PRR, foi retirada alguma da verba que estava, se calhar, empolada e foi distribuída através da Proteção Civil, da Promoção do Sucesso Educativo, que tem corrido muito bem com as Equipas Multidisciplinares e pelos Municípios.

A boa notícia, no meio disto tudo, é que valeu a pena hoje a viagem a Tondela porque, com esta redistribuição também com esse critério, o Município de Nelas viu o reforço de mais 84.556,13 euros. Portanto, foi uma boa viagem. Se nós conseguirmos fazer isto mais algumas meia dúzia de vezes era bom sinal, reforçávamos a verba.

Sendo assim, neste momento, a dotação para o PT 2030 são 5.413.984,93 euros. E com estes valores, nós, no que falámos em reunião de Câmara, indicámos um conjunto de áreas que são, meramente, indicativas. Neste momento, nós estamos a falar de, meramente, indicativo. Depois, isto vai para a CCDR. A CCDR pode aprovar, ou não, o que seguiu hoje da CIM.

Há Municípios, por exemplo, que nos três Eixos que havia, nós ultrapassámos as quotas em termos de Comunidade porque depois, há um valor para cada um dos Eixos. E os Municípios, nenhum quis prescindir dos investimentos que tinha priorizado. E, portanto, vamos ver depois

agora, agora, durante os próximos, até ao verão, é negociar o que é aprovado, o que não é aprovado. Portanto, nós, só agora estamos a iniciar, basicamente. Contamos com este montante que no cenário pior não diminuirá e poderá haver até acertos, não muito maiores, mas alguns acertos nesse sentido.

O que nós falámos aqui, grande parte era do que havia para fazer em termos também da fixação da população, nomeadamente, os jovens, que se há alguma coisa que nós falamos há um tempo, embora esteja contemplado no Mercado Municipal, mas foi a forma como nós fizemos a candidatura, não é, completamente, funcional em termos de coarking, de incubadora de empresas, agora mais com esta terminologia de coarking, que é uma questão que nós achamos que tem que ser também colocada em cima da Mesa, nomeadamente, para duas, ou três questões, do que é a remuneração até do Colaborador do Funcionário das empresas.

E mudou também o que era o Eixo. Nós, antigamente, tínhamos uma mão-de-obra fortemente indiferenciada, digamos assim e, atualmente, até com a digitalização e com a transformação que isso trouxe nas empresas muito do que é o recrutamento tem a ver, precisamente, até já com mão-de-obra qualificada. E, portanto, nós estamos aqui a falar na parte do coworking, coisas, de incubadoras de empresas, da fixação da população dos jovens, que permita que quem cá fique e que continue a laborar, ter um apoio no seu primeiro momento de inserção na vida ativa. Mas para os jovens, eventualmente, que não estão cá, mas continuam com uma ligação cá, atualmente é possivel fazer e a pandemia deixou isso mais evidenciado no mundo em que vivemos de termos modelos de negócios sem estar presencial. E, portanto, também há a ideia, de alguma forma, incentivar o regresso, que queiram assim, dos nossos jovens para manter a ligação e fazer investimento no nosso território.

Mas também à própria regeneração do que é o tecido produtivo. Nós, neste momento, temos já há muito tempo, se alguém com cerca de 50 anos, ou mesmo podem ter muitos, perder o seu posto de trabalho depois, para conseguir ingressar na vida ativa não é, perfeitamente, fácil, como nós sabemos. Portanto, há modelos de negócios, além dos apoios que há e muito bem, ao comércio e que podem ser reforçados. A questão também de proporcionar modelos de negócio que as pessoas tenham para esse efeito.

Outra questão tem muito a ver com o que nós falámos há pouco, na Eficiência Energética. Há, claramente, uma aposta do que é a Eficiência Energética em edifícios que, para termos aqui uma redução significativa, porque estes projetos implicam terem uma redução mínima de 30% da fatura energética, que pode ser maior e é desejável que o seja, mas, no mínimo, 30% e que tem a ver, por exemplo, com o nosso património municipal.

É óbvio que todos os Executivos, toda a gente gostaria de fazer uma obra que identificasse o próprio Executivo. Ou se pudesse rever nela. Ou pudesse apresentar de uma forma como funciona, às vezes, a política, como uma obra do Executivo, uma obra de marca. Ninguém põe de parte uma questão dessas. Mas nós temos que pensar, seriamente, além da nossa construção, a manutenção e a requalificação dos espaços que temos e aproveitar as Linhas de Financiamento que nós temos.

Nós, por exemplo, temos, apesar deste edifício não estar num estado também deteriorado, tem problemas sérios de Eficiência Energética, tem problemas sérios também de aproveitar com a Eficiência Energética, de infiltrações de água, mas temos, por exemplo, o edifício da Câmara, o edifício central, mas depois outros equipamentos importantíssimos, como as Piscinas Descobertas, como edifícios públicos, como as Escolas. Portanto, as Escolas, agora da candidatura que nós temos da Eficiência Energética, mas é para a Escola-Sede. Portanto, é só para a Escola-Sede,

Escolas Secundárias de Nelas e de Canas de Senhorim. E, portanto, as outras não. O Centro Escolar, não, por exemplo e tem uma frequência bastante elevada e custos bastante elevados.

E, portanto, grande parte do que é a distribuição que nós elencamos é para esta área da Eficiência Energética, que nos permite requalificar o edificado e também diminuir os custos com a fatura energética e dessa forma libertar o que os constrangimentos grandes de Tesouraria que permitam alguma margem também para um investimento que tem que ser feito, naturalmente, no território e nas suas diferentes localidades.

Dizer, também, naturalmente, que, em termos de investimentos, há a questão assumida da substituição do que é uma obra também estrutural para o Concelho, que tem a ver, desde o depósito de água que existe, do depósito velho, de água, chamado velho, não é no sentido depreciativo, é só para nós nos balizarmos aqui, que tem a ver com, desde a Rua Sacadura Cabral até á Rua Luís de Camões, até à parte, cá em cima, da Rotunda, a substituição tem a ver com a parte da água e da conduta de abastecimento de água.

Nós estamos a falar a de uma conduta de abastecimento de água que remonta, em termos de serviço, a antes do 25 de Abril. Portanto, os dados que há, embora não haja nenhum concreto, falam em, eventualmente, ou finais dos anos sessenta, ou início dos anos setenta, portanto, antes de 1974. Estamos a falar aqui em fibrocimento, em questões que têm a ver com o consumo nosso todo doméstico que ainda estamos a falar com materiais que não são substituídos há muito, aliás, tem sido substituído nas ruturas, mas com materiais que já estão, manifestamente, excessivamente, utilizados, com condições de Saúde Pública muito questionáveis, naturalmente. E, portanto, nós achamos que com este Quadro Comunitário, que é imprescindível até avançar, como primeiro projeto, se fazer esse investimento.

Como os Senhores sabem, é possível implementar o projeto desde que não seja concluído, física e financeiramente, até à abertura da candidatura, do Aviso. E é isso que pretendemos fazer e é o que vamos fazer ainda este ano. Está o Estudo feito para depois se proceder à abertura do concurso. E, obviamente, que a sua implementação teve a ver com os condicionantes, também em grande parte, das obras que estão a decorrer na Avenida João XXIII, do constrangimento da Requalificação da Linha da Beira Alta. Mas, naturalmente, que será o primeiro, digamos assim, investimento de grande porte, digamos assim, em termos do Executivo e do Quadro Comunitário.

Dizer que é importante ressalvar que esta substituição implica todo o território do Concelho. Estamos a falar do abastecimento, da forma como está arquitetada, digamos assim, a distribuição da água, vai beneficiar não, particularmente, uma, ou outra localidade, ou uma, ou outra Freguesia, mas o seu território no seu todo.

A outra questão, ainda no Ciclo Urbano da Água, há ali uma parte que ainda está para concluir do que são as ETARs e as fossas séticas. Nas ETARs, obviamente que não vai dar para fazer tudo. Também não vamos dizer que vai ser possível executar tudo. Não vai. Mas, em termos de ETARs, depois de já do funcionamento, hoje o Senhor Eng.º Carlos Mendes está aí também e sabe-o, nós ainda temos questões ainda para resolver em algumas Freguesias que falta complementar, como, eventualmente, Carvalhal Redondo, como outras localidades que temos.

E temos outra questão também de assumir isso, claramente, com uma Freguesia que não foi contemplada em termos do que foi a questão do saneamento e das ETARs também muito devido à sua área, à sua complexidade, devido à sua orografia, que não é fácil, é verdade, às suas imensas muitas localidades. É uma Freguesia que, só em localidades tem mais que o resto do Concelho, mas do que é a coesão territorial, do que é o princípio de igualdade, naturalmente, tem

que haver esse investimento de ETARs na Freguesia que não teve como priorizado, que é o caso da Freguesia de Senhorim.

Dizer ainda que nós temos 38 fossas séticas. Não é um problema que se resolva com uma varinha mágica. A vontade, há. Há uma comparticipação do que é um Estudo com parceiros na área sobre a forma de, eventualmente, também fazermos uma intervenção, não havendo fundos disponíveis para a totalidade. Mas é um investimento onde nós também queremos fazer essa incidência.

A outra é na parte da Educação. Dizer uma coisa que não está aqui no PT 2030. Neste momento, com as Escolas, nós deixámos aquilo bem claro. A Escola-Sede, o investimento que nós estamos a falar daquele Programa do PT 2020, a migrar para PRR, PT 2030, ficou ali um bocadinho na dúvida o que era. Mas quando abriu o concurso dissesse que não haveria falta de verba e que haveria reforço em termos de PRR. Não é ainda um dado adquirido, embora tenha já sido anunciada a possibilidade de haver um reforço de 300 milhões de euros para fazer estes equipamentos.

Mas 300 milhões de euros para as Escolas todas a nível nacional também não é, propriamente, um esforço financeiro. Não, não, 30 milhões de euros. Os 30 milhões de euros que existem são em termos de CCDR para os 100 Municípios, que está agora aberto. Mas como toda a gente sabe, como é óbvio, não chegará, há um reforço que está anunciado de 300 milhões de euros em termos de PRR. Ou irá, há informações que irá ser anunciado esse valor. Mas, mesmo com esse valor, se 30 milhões de euros para 11 Municípios da CCDR era, manifestamente, exíguo, para os 308 Municípios nacionais, 300 milhões de euros, também não. Mas, pronto, é uma verba que há. Depois vamos ver como é que isto é. É um processo a andar, mas que não está aqui contemplado porque se estivesse aqui contemplado era um problema.

Agora, nós queremos fechar aqui o que é o Parque Escolar das intervenções que faltam fazer, nomeadamente, no Jardim-de-Infância de Canas de Senhorim, o alargamento para uma sala pedagógica que permita também com o seu funcionamento pleno. Na questão também, no que concerne ao Jardim-de-Infância de Senhorim que, de alguma forma, do que era, na Freguesia de Senhorim, o que se perdeu também ali com a reformulação que houve do Ensino, da Escola do Primeiro Ciclo, com o funcionamento que tem do espaço no Jardim-de-Infância, nós queremos arranjar forma de um equipamento histórico na Freguesia de um equipamento ligado ao Setor da Educação, uma Escola Primária, requalificá-la e dessa forma, dar outras condições também e um sinal claro, para não perdermos também alunos.

Nós, neste momento, temos muitas Escolas, que o Município, não é de agora, é já de há muitos anos, assume a responsabilidade de não cumprir o que está estipulado e o Município assume para evitar o encerramento desses Estabelecimentos porque, se isso acontecer, depois torna-se irreversível e não queremos isso.

Havia a questão aqui de Senhorim ter, no ano letivo transacto, somente 5 alunos. Houve um esforço grande da Comunidade, da Junta de Freguesia, para aumentar o número de alunos. Nós, neste momento, temos 11. Não dá para deitar foguetes, mas, manifestamente, é um aumento bastante substancial daquilo que era. E para também haver crianças e os pais também quererem que haja lá crianças é importante que os equipamentos também tenham condições para isso. E, portanto, no Jardim-de-Infância de Senhorim.

A questão também de Aguieira que tem um Jardim-de-Infância e uma Escola do Primeiro Ciclo. A articulação nesse sentido, a conclusão do que é o investimento também prometido e que fará sentido do que é o Jardim-de-Infância e o Primeiro Ciclo de Vilar Seco e de Vale de Madeiros também, do Jardim-de-Infância e Escola do Primeiro Ciclo de Vale de Madeiros e desta forma,

nós conseguirmos, de alguma forma, os montantes que nós estamos aqui a consignar não são os equipamentos que fizemos de monta, como, eventualmente, Carvalhal Redondo, como foi feito. Os valores aqui que nós estamos a falar em algumas destas, não serão valores muito substanciais. Mas, mesmo que, eventualmente, tenha que haver este esforço é aproveitar estas Linhas de Financiamento porque senão depois, eventualmente, não será concretizado.

Havia aqui também mais dois pontos, para concluir, que têm a ver com a construção, requalificação, modernização e conservação de infraestruturas desportivas. Dizer-vos depois que este documento pode e deve ser enviado, compromete-me enviar-vos depois isto que hoje ficou libertado, digamos assim, publicamente, em termos de CIM.

Para perceberem as Linhas de Candidatura, nós não nos podemos candidatar àquilo que queremos. Nós, se calhar, podíamos dizer assim: Agora vamos fazer um Campo de Golfe porque, em termos estratégicos, para o Turismo. Estou a falar, academicamente. Mas, não, não era permitido porque não tem enquadramento em termos de candidatura. O Termo de Candidatura é bastante restritivo. E depois tem três Eixos. Ao 1 nós não nos podemos candidatar porque somos um Concelho de média dimensão e não como os outros. É muito restritivo nisso.

Mas, dentro do que é restritivo, nós também nos encaixamos. E na requalificação das infraestruturas desportivas temos aquela questão que todos nós conhecemos, particularmente, das Piscinas Cobertas e do Pavilhão Municipal, entre outras e, eventualmente, também a parte energética também do consumo da iluminação dos Estádios Municipais, dos Estádios de Futebol.

Deixámos aqui uma verba, não muito significativa também no que possa ser porque a Cultura, ou a requalificação dos espaços culturais, ficou, de alguma forma, bastante esquecida do que foi no Quadro Comunitário anterior, no PT 2020, onde não houve muito, a não ser para os monumentos nacionais. E no PRR, o que houve, depois, foi para os grandes edifícios culturais nacionais, para o Teatro São Carlos, para o D.ª Teatro Maria e para Teatro São João. E para os Municípios não veio nada.

E, portanto, não é líquido que também haja, mas deixámos esta possibilidade de haver, de alguma forma, requalificação de edifícios culturais para, de alguma forma, aproveitar também o que é importante no que é uma Educação e uma formação maoística, além da Escola, do acesso à Saúde, dos equipamentos que nós temos das candidaturas dos Centros de Saíde e das Unidades de Saúde Familiar, ter a componente nacional do que é para a fixação da população, para a qualidade de vida também, o usufruto das atividades culturais. E, nós, também nessa componente, temos um Associativismo muito rico.

Naturalmente, depois de dito isto, aberto naturalmente a algum comentário, alguma sugestão, alguma recomendação das Senhoras e dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal. Ou, então, também dizer, depois de receber o documento, teremos ainda tempo de trabalhar. Isto não está fechado. São estas as Linhas. É isto que está a ser feito. Mas, naturalmente, depois os Avisos que vão abrir até possam não ser, completamente, aquilo que nós estamos aqui a falar. Mas, de qualquer maneira, o que é a Estratégia, a Linha Orientadora, é nestes pressupostos e nestes campos.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Não sei se algum dos Senhores Deputados quer colocar questões, ou fazer comentários sobre estas informações que o Senhor Presidente deu?

Não. Então, passamos, porque está previsto, de facto, no Regimento, mesmo nas sessões extraordinárias, a Intervenção do Público.

E, portanto, eu perguntava: Algum dos Membros do Público se quer inscrever? Dr. Manuel Marques. Mais alguém? Ok. Então, dispõe de cinco minutos.

O Senhor Dr. Manuel Marques:

- Muito boa noite Senhora Presidente da Assembleia Municipal.

Senhor Presidente da Câmara.

Senhores Vereadores.

Ex.m.ºs Membros da Assembleia Municipal.

Estimado Público.

Eu, quando saí de minha casa, pensei mesmo não intervir. Mas, com o decorrer da Assembleia, forçou-me uma imperiosa vontade de o fazer.

E estive a consultar, electronicamente, o Regimento da Assembleia Municipal e nada, pelo menos não decorre do Regimento que me impeça de fazer, ou de tecer algumas considerações sobre o assunto que foi aqui versado.

Mesmo que houvesse um impedimento estatutário, ou regimental, diria melhor, eu faria sempre a figura da Defesa da Honra porque ela foi posta aqui em causa. E, por isso, quero agradecer ao Senhor Professor Borges, quero agradecer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, dizer que aquele Projeto do Ciclo da Água foi, vem do mandato anterior. E vem, do qual eu fiz parte.

Enquanto Cidadão, que me prezo de ser, ter servido este Concelho, não deixarei nunca branquear o CDS, ou branquear os Vereadores que lá estiveram, eu e, designadamente, também o Senhor Júlio Fernandes.

Por isso, mais uma vez, reforço: Muito obrigado Senhor Professor Borges. Muito obrigado Senhor Presidente da Câmara. Por ter dito que, de facto, este Projeto era importante e veio do mandato anterior e teve a aprovação unânime da Câmara Municipal.

Por isso, não queiram branquear o Vereador, ou o desempenho do Vereador Manuel Marques, ou não queiram branquear o CDS no Concelho de Nelas. Porque, enquanto, a voz não me doer, eu estarei cá para defender o CDS, para defender a minha pessoa, ou aqui, com quem comigo trabalhou.

Era isto que eu queria dizer porque o CDS é necessário para o Concelho. O CDS é necessário para a Democracia do Concelho. O CDS é necessário para o bem-estar das populações. E, se estão convencidos que o CDS morreu em Nelas, desenganem-se porque o CDS não morreu.

Senhor Presidente da Câmara.

Senhora Presidente da Assembleia.

Só mais uma questão que é importante, eu ser grato e quero, Senhor Presidente da Câmara, agradecer-lhe a si e agradecer ao Senhor Presidente da minha Junta de Freguesia, ao António Roque, meu Prezado Amigo, que muito bem representa o CDS nas Terras de Senhorim.

Há quatro anos, uma estrutura social estava encerrada em Senhorim. Há quatro anos que, segundo me dá a entender, aquilo parecia mais uma selva do que parecia um Espaço Social, ou um Centro Social. No último domingo foi votada uma nova Direção. Foi empossada ontem. Eu tive a cautela e o cuidado de ligar ao Senhor Presidente da Câmara para proceder à limpeza porque aquilo, de facto, era uma selva.

Senhor Presidente da Câmara, já está limpo. Muito obrigado Senhor Presidente da Câmara. E muito obrigado Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Senhorim, porque, quanto eu sei, foi em parceria que o fizeram. Muito obrigado.

Muito obrigado Senhora Presidente da Assembleia Municipal pelo tempo que me disponibilizou.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Dr. Manuel Marques. Não sei se o Senhor Presidente quer dizer alguma coisa?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Só um apontamento final. Acho que o Senhor Dr. Manuel Marques, na intervenção que fez, foi mais uma declaração do que questionar alguma coisa.

Mas, sim, dizer que essa parte era importante ressalvar, que o que é o debate político, por vezes, não estão sempre alinhavados. Mas este Projeto, de facto, teve a votação unânime dos sete Senhores Vereadores, como eu disse na altura, os quatro do PS, os dois do CDS e o Senhor Vereador do PSD, no caso, eu.

E este entendimento generalizado, bem expresso na votação, parece-me que espelha isso e estou convencido do que até é a audiência que nós temos de Municipes também se revêem nisso. Portanto, se há coisa onde eu acho que nós não temos quase divergência é, particularmente, este Projeto.

E, naturalmente, dizer do que são os equipamentos sociais, a Autarquia tem, de há muitos anos, um compromisso de apoiar candidaturas que apareçam na Área Social, desde que sejam derivadas de um concurso e que tenham um apoio de Fundos Estruturais, ou de Fundos da Comissão. Não têm aberto candidaturas para isso. Têm sido nulas. Fala-se que pode haver a abertura ainda de candidaturas no PRR. Vamos aguardar, obviamente, até para Centros Sociais, respostas integradas, como é o caso. E, portanto, vamos agradecer isso.

Portanto, para terminar, naturalmente, agradecer a presença de todos os Senhores. Agradecer os contributos todos para esta sessão. E também deixar esse agradecimento ao Senhor Eng.º Carlos.

Obrigado. Não foi preciso questionarem-no. Mas, agora, informalmente, como se costuma fazer no fim, se alguém quiser questionar alguma coisa mais técnica, o Senhor Eng,º Carlos Mendes, sinta-se à vontade.

Senhora Presidente, parabéns também pela forma elegante como dirigiu os trabalhos e a Mesa.

Obrigado pela sessão.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado.

Resta-me agradecer aos Colegas de Mesa por terem estado aqui a ajudar. Agradecer a todos os Senhores Deputados. Pedir desculpa por alguns lapsos da inexperiência.

Agradecer ao Público.

E um bom fim-de-semana para todos.

Boa noite.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: